

PROJETO DE LEI Nº /2018

Projeto de Lei 30/18

Protocolo Geral 233/18

Data: 07/08/18



Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a desenvolver ações para implementar o Programa Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, regulamentado pela Lei nº. 10.188 de 12 de Fevereiro de 2001, alterada e consolidada por atos normativos do Ministério das Cidades, conforme especifica.

A Câmara Municipal de Carambeí, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a constituir caução de depósito, com o objetivo de garantir a adimplência das prestações mensais de responsabilidade dos devedores, e seu valor corresponde ao valor de financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal, ao referido devedor e desenvolver todas as ações necessárias à construção de unidades habitacionais, para atendimento aos munícipes necessitados, implementadas por intermédio do programa Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, mediante convênio firmado com a Caixa econômica Federal.

Art. 2º - O Poder Público Municipal poderá disponibilizar terrenos de áreas pertencentes ao patrimônio público municipal, objetivando a construção de moradias em benefício da população a ser beneficiada pelo Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

§ 1º - As áreas a serem utilizadas no Fundo de Arrendamento Residencial -FAR deverão fazer frente para a via pública existente e contar com a infra-estrutura necessária, de acordo com a realidade do Município.

§2º - Nos empreendimentos Jardim Eldorado e Cidade Nova, que fazem parte da Zona Urbana de Média Densidade (Z2), os lotes submetidos e desmembrados deverão possuir área mínima de 200 m², com testada mínima de 7,5 metros.



§3º - No empreendimento Jardim Novo Horizonte, que faz parte da Zona Especial de Interesse Social, os lotes submetidos e desmembrados deverão possuir área mínima de 125 m², com testada mínima de 5 metros.

Art. 3º - Os projetos de habitação popular dentro do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, serão desenvolvidos mediante planejamento global, podendo envolver as Secretarias Municipais de Habitação, Serviços Sociais, Obras, Planejamento, Fazenda e Desenvolvimento, além de autarquias e/ou Companhias Municipais de Habitação, não podendo ser projetados com área inferior a vinte e nove metros quadrados.

Parágrafo Único - Poderão ser integradas ao projeto FAR outras entidades, mediante convênio, desde que tragam ganhos para a produção, condução e gestão deste processo, o qual tem por finalidade a produção imediata de unidades habitacionais, regularizando-se sempre que possível áreas invadidas e ocupações irregulares, propiciando o atendimento as famílias mais carentes do Município.

Art. 4º - Os custos relativos a cada unidade, integralizados pelo Poder Público Municipal a título de Caução, necessários para a viabilização e produção das unidades habitacionais, serão ressarcidos pelos beneficiários, mediante pagamentos de encargos mensais, de forma análoga as parcelas e prazos já definidos pela resolução CCFGTS 460 que instituiu o Programa CARTA DE CRÉDITO FGTS - INDIVIDUAL - OPERAÇÕES COLETIVAS - RECURSOS DO FGTS, permitindo a viabilização para a produção de novas unidades habitacionais.

Parágrafo Único - Os beneficiários do CARTA DE CRÉDITO FGTS - INDIVIDUAL - OPERAÇÕES COLETIVAS - RECURSOS DO FGTS ficarão isentos do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, durante o período em que estiver ocorrendo este ressarcimento.

Art. 5º - Os custos relativos a cada unidade, integralizados pelo Poder Público Municipal a título de contrapartida, necessários para a viabilização e produção das unidades habitacionais, não serão retornáveis pelos BENEFICIÁRIOS.

Art. 6º - O contrato com a Prefeitura Municipal ou com a entidade que o Poder Público Municipal indicar, será celebrado em nome da esposa, ou da companheira que compõe o casal, preferencialmente.

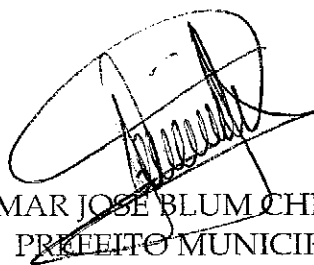


Parágrafo Único - Só poderão ingressar no CARTA DE CRÉDITO FGTS - INDIVIDUAL - OPERAÇÕES COLETIVAS - RECURSOS DO FGTS, famílias residentes no município, há pelo menos três anos, após a realização de trabalho social, com informações e esclarecimentos aos interessados, pelos técnicos da Prefeitura ou da Entidade Organizadora, da responsabilidade de cada beneficiário neste processo.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se for necessário.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARAMBEÍ
EM 06 DE AGOSTO DE 2018.



OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA - PROJETO DE LEI Nº /2018

O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a constituir caução de depósito, com o objetivo de garantir a adimplência das prestações mensais de responsabilidade dos devedores, e seu valor corresponde ao valor de financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal, ao referido devedor e desenvolver todas as ações necessárias à construção de unidades habitacionais, para atendimento aos munícipes necessitados.

Igualmente, as demais transações imobiliárias relacionadas se fazem necessárias devido à alteração no projeto de implantação das edificações previstas no Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com recursos advindos da integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.

A fim de garantir a execução de obras não incidentes na operação o contratada, sob responsabilidade de execução da Construtora, se faz necessário o valor da contrapartida mensurado em R\$413.782,00 (Quatrocentos e treze mil, setecentos e oitenta e dois reais) referente a execução do "Muro de Arrimo" do empreendimento **Residencial Cidade Nova**, a ser executado pela Construtora conforme termo/contrato firmado de responsabilidade do Município de Carambeí.

A fim de garantir a execução de obras não incidentes na operação ora contratada, sob responsabilidade de execução da Construtora, se faz necessário o valor da contrapartida mensurado em R\$416.304,00 (Quatrocentos e dezesseis mil, trezentos e quatro reais) referente a execução do "Muro de Arrimo" do empreendimento **Residencial Jardim Eldorado**, a ser executado pela Construtora conforme termo/contrato firmado de responsabilidade do Município de Carambeí.



A fim de garantir a execução de obras não incidentes na operação ora contratada, sob responsabilidade de execução da Construtora, se faz necessário o valor da contrapartida mensurado em R\$444.322,20 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e 20 centavos) referente a execução do “Muro de Arrimo” do empreendimento **Residencial Jardim Novo Horizonte**, sendo que a Construtora contrata seguro Garantia Executante Construtor Término de Obras – Infraestrutura no valor de cobertura de R\$444.322,20 (Quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e dois reais e 20 centavos).

Assim sendo, certos de que o Legislativo assim como o Executivo tem como desígnio fomentar os programas habitacionais do Município, é que solicitamos a Vossas Excelências a apreciação de do presente projeto de lei com posterior aprovação



OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO
PREFEITO MUNICIPAL

Ofício nº 57/2018-DEJUR

Carambeí, 06 de agosto de 2018.



Câmara Municipal de Carambeí
PROTOCOLO GERAL 00000233
Data: 07/08/2018 Horário: 16:59
Setor de Recepção e Protocolo

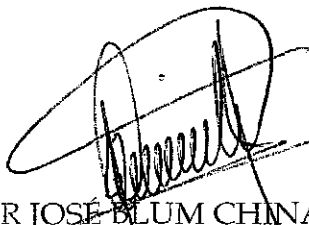
OFICIO 57/18 DEJUR ENC PLO 30/18

Excelentíssimo Presidente:

Vimos através do presente, enviar a esta Casa de Leis, o Projeto de Lei que, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a constituir caução de depósito, com o objetivo de garantir a adimplência das prestações mensais de responsabilidade dos devedores, e seu valor corresponde ao valor de financiamento concedido pela Caixa Econômica Federal, ao referido devedor e desenvolver todas as ações necessárias à construção de unidades habitacionais, para atendimento aos munícipes necessitados.

Outrossim, com fulcro no artigo 38 da Lei Orgânica Municipal, solicitamos que o Projeto de Lei em anexo seja apreciado em Regime de urgência, através de realização de Sessão Extraordinária.

Na oportunidade, aproveitamos o ensejo para renovar votos de consideração.



OSMAR JOSÉ BLUM CHINATO
PREFEITO MUNICIPAL

Exmo. Sr.

DIEGO JOSINO XAVIER DE MACEDO

M.D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

NESTA
